

AMAZÔNIA EM FOCO

O que é RAISG?

A Rede de Informações Socioambientais Georreferenciadas da Amazônia (RAISG) é um consórcio de oito organizações da sociedade civil de seis países amazônicos com o objetivo de garantir a sustentabilidade socioambiental da Amazônia, com o apoio da cooperação internacional

RAISG

REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA

Principais fatores que impulsionam o desmatamento na Amazônia

A RAISG analisa os principais propulsores da perda florestal na região amazônica e aponta onde as ações devem ser focadas para reverter a tendência e proteger a integridade da floresta tropical mais extensa e biodiversa do mundo.

O desmatamento na Amazônia é o resultado de uma interação complexa entre diversas causas diretas e indiretas. A maioria das causas diretas está associada a atividades humanas que têm um impacto imediato na saúde das florestas desta região.

Entre as causas indiretas estão fatores socioeconômicos, culturais, políticos, institucionais e até de saúde pública. O crescimento populacional, a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de infraestruturas são também catalisadores do desmatamento.

Os números fornecidos pelo último relatório da RAISG, “Desmatamento na Amazônia até 2025. Passado e Futuro do Desmatamento na Amazônia”, refletem a magnitude do desafio. De forma alarmante, 66% da Amazônia está sob pressão constante devido a esses fatores de desmatamento e degradação.

Hoje, cerca de 19% da Amazônia é atravessada por redes rodoviárias, e a construção e operação de 350 usinas hidrelétricas (com mais 483 a caminho) estão alterando o fluxo natural de mais de 1.100 afluentes na bacia amazônica. Além disso, os blocos petrolíferos ocupam 9,4% do território amazônico, e até 43% dessa área se sobrepõe a Territórios Indígenas e Áreas Naturais Protegidas.

A mineração, por sua vez, afeta 17% da região, enquanto as áreas dedicadas à agricultura e pecuária aumentaram 81% nas últimas duas décadas, causando 84% do desmatamento na Amazônia. Neste mesmo período, 14% (1.208.162 km²) desta região foi afetada por incêndios.

Esta análise destaca a urgência de adotar medidas e ações imediatas que abordem esses fatores e seus efeitos devastadores, pois como alerta a RAISG “se continuarem as políticas públicas que priorizam o uso dos recursos que esses espaços (ecossistemas amazônicos) abrigam, a história será diferente no médio e curto prazo, pois caminharemos em direção ao ponto de inflexão e ao não retorno da Amazônia.” Um ponto que pode gerar um colapso para os ecossistemas desta região e para todas as formas de vida que ali vivem e interagem, e das quais dependemos.

Um avanço histórico na proteção dos Povos Indígenas Isolados ou em Contato Inicial, PIACI

A Declaração de Belém, assinada pelos países membros da OTCA, reconhece a existência da PIACI na Bacia Amazônica e incorpora recomendações para garantir e proteger seus direitos. O desafio: passar do papel para a ação.

Graças ao trabalho histórico de organizações indígenas e da sociedade civil pelo reconhecimento e defesa dos direitos dos Povos Indígenas Isolados ou em Contato Inicial (PIACI), a agenda de proteção da Amazônia, ou Declaração de Belém, resultado da Cúpula da Amazônia realizada nos dias 8 e 9 de agosto, menciona especificamente esses povos e estabelece como ponto prioritário: “promover ações para proteger e garantir seus direitos coletivos sobre seus territórios e terras”.

Parte dos envolvidos na proteção do PIACI - a Rede de Informações Socioambientais Georreferenciadas da Amazônia (RAISG), o Grupo de Trabalho Internacional para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (GTI-PIACI), diversas organizações indígenas e outros aliados - realizou a mesa temática “Modelos de Cooperação e Perspectivas de Proteção dos PIACI”; em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas do Brasil (MPI) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Este evento revelou-se fundamental no espaço de diálogo que ocorreu recentemente em Belém, no âmbito da Cúpula da Amazônia, e resultou num documento conjunto de recomendações.

Como destaca Angélica García, Secretária Executiva da RAISG: “o próximo passo é garantir que o documento transcenda a Cúpula e se torne uma ferramenta dinâmica para abrir novos espaços de discussão e negociação, em colaboração com a OTCA, e que conduzam a planos de proteção específicas para os PIACI em cada país.”

A colaboração entre RAISG e GTI-PIACI reafirma a importância de envolver e contar com diversos atores na proteção da Amazônia, como doadores internacionais e agências multilaterais. O desafio, no entanto, continua a ser traduzir este reconhecimento em ações tangíveis que respondam à urgência de evitar o ponto sem retorno nesta região, agravado por ameaças crescentes e por uma crise climática acelerada.

Como conclui García, “as organizações civis que lutam para defender os PIACI e a Amazônia devem articular-se para exigir planos concretos dos governos, e nossas organizações devem ter plena participação no processo”.



Prêmio MapBiomas 2023: reconhecendo a excelência no uso de dados para conservação

Na 5ª edição deste prêmio, foram destacados oito trabalhos e três menções honrosas entre 163 participantes. A inclusão de novas categorias destaca o compromisso do MapBiomas com a educação e a inovação na proteção da Amazônia.

O principal objetivo do Prêmio MapBiomas é promover aplicações e projetos que façam uso de dados de qualquer iniciativa, módulo ou produto da plataforma (MapBiomas Amazônia, Chaco, Mata Atlântica, Pampa). Em sua quinta edição, e em colaboração com o Instituto Ciência Hoje, a iniciativa destacou e premiou trabalhos de destaque de sete países e adicionou duas novas categorias: 'Aplicações nas Escolas' e 'Ações de Combate ao Desmatamento'.

Essa diversificação não só amplia o espectro de abordagens para a conservação ambiental, mas também demonstra o compromisso contínuo da RAISG com a educação e a inovação através da iniciativa MapBiomas. A RAISG, através das oito organizações que fazem parte da rede, é responsável pelo lançamento anual do

MapBiomas Amazônia, que este ano apresenta a sua quinta coleção, bem como o inovador estudo MapBiomas Água.

O MapBiomas tem como objetivo promover a conservação e a gestão sustentável dos recursos naturais e enfrentar o desafio das alterações climáticas. Para tal, a ferramenta utiliza inteligência artificial na computação em nuvem na plataforma Google Earth Engine para gerar mapas de ocupação e uso do solo da região desde 1985.

Seus dados são de acesso livre e têm sido utilizados em diversas aplicações. Além de cobertura e uso da terra, o MapBiomas também oferece módulos de desmatamento, vegetação secundária, análise temporal, infraestrutura, irrigação, qualidade de pastagens, mineração, fogo e água.

Uma barreira contra o desmatamento e as mudanças climáticas: o papel crucial dos Territórios Indígenas e das Áreas Naturais Protegidas

Diversas análises da RAISG confirmam a importância destas áreas na proteção da biodiversidade amazônica e no combate às mudanças climáticas.

Juntos, os Territórios Indígenas e as Áreas Naturais Protegidas (ANP) protegem cerca de 72% das áreas da Amazônia livres de ameaças e pressões causadas pelas atividades humanas; da mesma forma, cerca de 64% destas áreas estão livres de perturbações antrópicas.

Além de proteger a biodiversidade, as TIs e ANPs desempenham um papel crucial na captura e armazenamento de carbono, como mostram análises da RAISG e do Woodwell Climate

Research Center (WCRC), que desde 2014 monitoram a saúde das florestas e a quantidade de carbono armazenada nestas áreas.

Segundo os últimos dados desta aliança, 58% do carbono da Amazônia permanece nas florestas dos Territórios Indígenas e Áreas Naturais Protegidas. Entre 2003 e 2020, essas áreas obtiveram um ganho de 144,8 milhões de toneladas métricas de carbono (Mtc), enquanto fora delas, 42% da região, a perda de carbono atingiu 1.296,8 Mtc.

O projeto “Ciência e Conhecimento Indígena para a Amazônia” mostra progressos significativos durante a sua visita a Sinchi Roca, no Peru

Esta comunidade faz parte da Reserva Indígena Kakataibo, localizada nos departamentos de Ucayali e Huánuco, uma das 4 paisagens-piloto deste projeto que, desde 2014, trabalha em áreas prioritárias da Amazônia para medir a perda ou o ganho de carbono armazenado na região.

‘Ciência e Conhecimento Indígena na Amazônia’ é um projeto regional liderado pela RAISG, COICA e WCRC (Woodwell Climate Research Center) focado na coleta, análise e comunicação de dados sobre reservas de carbono em Territórios, Nacionalidades e Comunidades Indígenas e Áreas Naturais Protegidas da Amazônia. Seu objetivo é conhecer e compreender a dinâmica do carbono armazenado nessas áreas de proteção e as principais causas dessa perda ou ganho.

A recente visita à comunidade de Sinchi Roca, Peru, realizada nos dias 23 e 24 de agosto, faz parte do objetivo de identificar e divulgar experiências bem-sucedidas em Paisagens de Ação Piloto (PAL, sua sigla em inglês) de quatro países amazônicos: Brasil, Colômbia, Equador e Peru.

Como explica Kathrin Hopfgartner, coordenadora do projeto no Peru, o Instituto del Bien Común (IBC) trabalha com as comunidades de Kakataibo há quase duas décadas para melhorar a segurança territorial num território ameaçado por atividades ilegais. Durante este período, e de mãos dadas com as comunidades, realizaram atividades de ordenamento territorial e regularização fundiária das áreas e mapeamento de ameaças.

O avanço e a medição destes PALs, está proporcionando uma troca de informação e conheci-

mento entre a ciência e o conhecimento indígena que não só permite a verificação da informação sobre perda e ganho de biomassa, observada espacialmente, mas também contribui para o fortalecimento das medidas de gestão territorial implementadas pelas comunidades e territórios indígenas, que, há milênios, garantem a floresta de pé.

Harlem Mariño, coordenador regional do projeto ‘Ciência e Conhecimento Indígena na Amazônia’, do IBC, destaca que “já estamos trabalhando em uma metodologia para contar com dados até 2030. Por enquanto, os primeiros resultados deste trabalho demonstram cientificamente que a principal perda de biomassa ocorre fora das Áreas Naturais Protegidas e Territórios Indígenas”.

No futuro, um dos objetivos é ter uma caixa de ferramentas que colete informações importantes sobre metodologias, conhecimentos e ferramentas que possam ser replicadas com povos indígenas em outras paisagens da Amazônia.

Além da visita à comunidade de Sinchi Roca, membros das equipes técnicas de todas as organizações colaboradoras do projeto também se reuniram em Lima.

***Desde 2021, ‘Ciência e Conhecimento Indígena para a Amazônia’ é implementado pelo consórcio RAISG, COICA e WCRC, financiado pela Iniciativa Internacional Norueguesa para Florestas e Clima (NICFI, sua sigla em inglês).**

Quer saber mais sobre a RAISG e o nosso compromisso com a Amazônia?

Viste: www.raisg.org



@raisg_amazonia



RAISG

RAISG

REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA

